

2C

A13.1

Celso dos S. Vasconcellos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Vasconcellos, Celso dos Santos, 1956 -

Avaliação : concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar 18^a ed./Celso dos S. Vasconcellos. — São Paulo: Libertad 2008 — (Cadernos Pedagógicos do Libertad; v. 3)

Bibliografia.

1. Avaliação educacional 2. Avaliação educacional — Filosofia 3. Educação — Filosofia I. Título. II. Série.

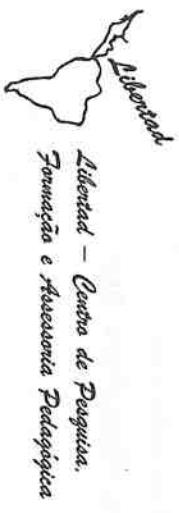
ISBN 85-85819-02-2

92-0174 CDD 370.783

Índices para catálogo sistemático:

1. Avaliação educacional : Educação 370.783
2. Aprendizagem escolar : Avaliação : Educação 370.783
3. Avaliação da aprendizagem:
Educação 371.102

AVALIAÇÃO
CONCEPÇÃO DIALÉTICA-LIBERTADORA
DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO ESCOLAR



Coleção Cadernos Pedagógicos do *LiberTad*:

1. Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico — elementos metodológicos para elaboração e realização
2. Construção do Conhecimento em Sala de Aula
3. Avaliação: Concepção Dialética-Liberadora do Processo de Avaliação Escolar
4. (In)Disciplina: Construção da Disciplina Consciente e Interativa em Sala de Aula e na Escola
5. Avaliação: Superação da Lógica Classificatória e Excludente – do “é proibido reprovar” ao é preciso garantir a aprendizagem
6. Avaliação da Aprendizagem: Práticas de Mudança – por uma práxis transformadora

Coleção Subsídios Pedagógicos do *LiberTad*:

1. Para onde vai o Professor? Resgate do Professor como Sujeito de Transformação
2. Atividade Docente
3. Coordenação do Trabalho Pedagógico: do Projeto Político-Pedagógico ao Coridiano da Sala de Aula

Autoria: Celso dos Santos Vásconcellos

Vendas:

LiberTad — Centro de Pesquisa, Formação e Assessoria Pedagógica

R. Visconde de Guaratiba, 353 cj. 51
04125-040 — São Paulo — SP
Ø (11) 5062-8515 — 5062-4515

Site: www.celsovatasconcellos.com.br
Endereços Eletrônicos: csliber@uol.com.br
celsvatasconcellos@uol.com.br

© do autor, 1992

18ª edição, revista, 2008

Às crianças das escolas públicas brasileiras, por tão cedo experimentarem a exclusão. Às crianças das escolas particulares, por tão cedo serem apavoradas com o fantasma da reprovação.

Ao Tiago, Bruno e Máira, filhos queridos, na esperança de uma sociedade mais justa e uma escola mais legal e democrática para todos. À Regina, na mesma luta.

IV

Finalidade da Avaliação

A grande questão que se coloca, depois da análise do problema, é:

AVALIAR PARA QUÊ?

Já que a avaliação está tão comprometida com o sistema, no sentido da marginalização e inculcação ideológica, não seria melhor eliminá-la da escola? Seria isto possível e desejável? A questão básica é a avaliação enquanto tal ou o tipo de avaliação que se vem fazendo?

1 — Sentido da Avaliação

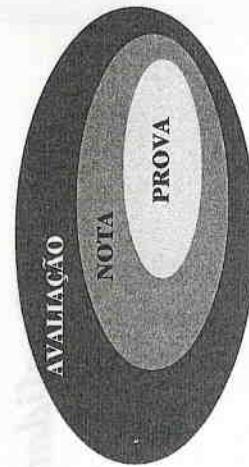
a) Avaliação x Nota

Para que serve a nota na escola? Óbvio — responderão muitos — a nota serve para indicar o quanto o aluno aprendeu! Desta forma, promoverá aqueles que estiverem preparados para exercer sua profissão e reterá os que não estiverem aptos. (...) Esta obriedade, porém, é contestada dia-riamente pela prática escolar em que os alunos aprovados demonstram, a seguir, que não aprenderam o que sua nota faz pressupor.³⁴

³⁴. R. M. FLEURI, *Educar para quê*, p. 85.

formal do sistema educacional. Podemos imaginar um dia em que não haja mais nota na escola — ou qualquer tipo de reprovão — mas certamente **haverá necessidade de continuar existindo avaliação**, para se acompanhar o desenvolvimento dos educandos e ajudá-los em suas eventuais dificuldades.

Fala-se muito da Prova, mas ela é apenas uma das formas de se gerar Nota, que, por sua vez, é apenas uma das formas de se Avaliar. Assim, podemos atribuir Nota sem ser por Prova, bem como podemos Avaliar sem ser por Nota (este dia parece não ter chegado plenamente ainda...).



— Esquema: Avaliação x Nota x Prova —

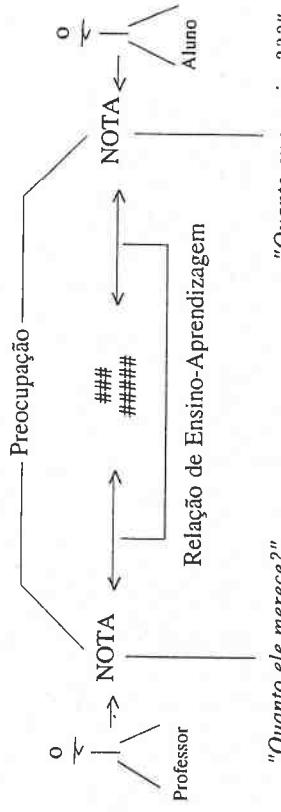
b) Superar a lógica do detetive

Que espírito deve ter o professor, diante da avaliação: do policial que fica procurando o culpado, o errado, o fora do padrão, ou o do pedagogo que acompanha o crescimento do educando, procurando dar-lhe as melhores condições de desenvolvimento? O educador não pode se deixar levar pela “lógica do detetive”, ou seja, estar mais preocupado em verificar quem cometeu um “crime”³⁵, do que em ajudar no processo de construção do conhecimento. Atualmente, os educadores assumiram tanto esse papel de controle, de fiscais, que nem há mais necessidade de controle do trabalho de sala de aula por parte dos inspetores do Estado.³⁶ Muitas vezes, desempenhamos, ainda que sem querer, o papel do detetive que procura avidamente entre os alunos aqueles que não são “capazes”, que estariam a “enganar” a sociedade. Localizados, nos realizamos, punindo-os com nota baixa e reprovação... De que pressuposto partimos: de que há “farsantes” no meio do grupo ou de que todo ser humano é capaz de aprender?

³⁵ O aluno é culpado até que prove o contrário.

³⁶ Com o processo de democratização, o próprio Estado chega hoje a pedir que os professores sejam menos autoritários na avaliação.

Por detrás da maneira como a nota é trabalhada na escola, pode-se perceber a presença de uma pedagogia comportamentalista, baseada no esforço-recompensa, no prêmio-castigo. Tanto o prêmio como o castigo são deseducativos, uma vez que o primeiro gera satisfação e dependência (se não tiver uma recompensa o sujeito não age...), e o segundo gera revolta e também dependência (se não tiver alguma ameaça o sujeito não age...). A nota, ao invés de ser um elemento de referência do trabalho de construção de conhecimento, passa a desempenhar justamente o papel de prêmio ou de castigo, *alienando a relação pedagógica*, na medida em que tanto o aluno como o professor passam a ficar mais preocupados com a nota que com a aprendizagem.



“Quanto ele merece?”

“Quanto eu preciso??”

—Esquema: Nota como fator de Alienação da Relação Pedagógica-

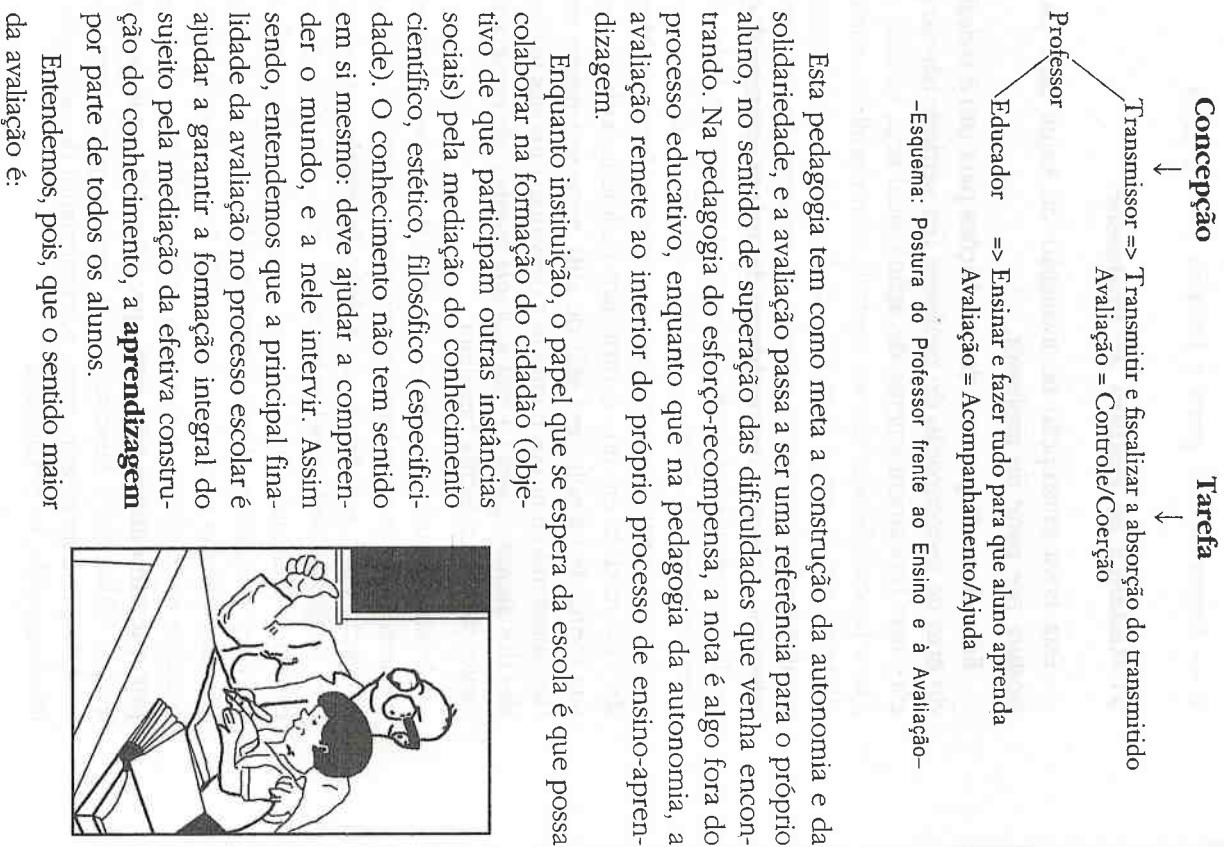
c) Relação Avaliação-Concepção de Educação

Para a pergunta “avaliar para quê”, podemos encontrar uma gama enorme de respostas. Avaliar para: atribuir nota, registrar, mandar a nota para a secretaria, cumprir a lei, ter documentação para se defender em caso de processo, verificar, constatar, medir, classificar, mostrar autoridade, conseguir silêncio em sala de aula, selecionar os melhores, discriminar, marginalizar, domesticar, rotular/estigmatizar, mostrar quem é incompetente, comprovar o mérito individualmente conquistado, dar satisfação aos pais, não ficar fora da prática dos outros professores, ver quem pode ser aprovado ou reprovado, eximir-se de culpa, achar os culpados, verificar o grau de retenção do que falamos

(o professor ou o livro didático), incentivar a competição, preparar o aluno para a vida, detectar “avanços e dificuldades”, ver quem assimilou o conteúdo, saber quem atingiu os objetivos, ver como o aluno está se desenvolvendo, diagnosticar, investigar, tomar decisões, acompanhar o processo de construção do conhecimento do aluno, estabelecer um diálogo educador-educando-contexto de aprendizagem, avaliar para que o aluno aprenda mais e melhor...³⁷ A Avaliação Escolar é, antes de tudo, uma questão política, está relacionada ao poder, aos objetivos, às finalidades, aos interesses que estão em jogo no trabalho educativo. Numa sociedade de classes, não há espaço para a neutralidade: posicionar-se como neutro, diante dos interesses conflitantes, é estar a favor da classe dominante, que não quer que outros interesses prevaleçam sobre os seus. Afinal de contas, a favor de quem, contra quem se coloca nossa escola, o trabalho de cada educador? Se não sabemos para onde queremos ir, como podemos avaliar se estamos indo bem ou não?

Um posicionamento fundamental quando se fala de avaliação é relativamente aos **objetivos** da educação escolar, pois deles é que derivarão os critérios de análise do aproveitamento. A avaliação escolar está relacionada a uma concepção de homem, de sociedade (que tipo de homem e de sociedade queremos formar), ao Projeto Pedagógico da instituição. É justamente aqui que encontramos uma distorção: de modo geral, não se percebe a discrepância entre a proposta de educação e a prática efetiva. Em parte, isto ocorre em função de uma prática de planejamento meramente formal, levando a que os professores simplesmente “esqueçam” quais foram os objetivos propostos.³⁸ Temos que superar esta contradição através da reflexão crítica e coletiva sobre a prática.

Evidentemente, o sentido dado pelo professor à avaliação está intimamente relacionado à sua concepção de educação:



37. Cf. apresentação na Mesa Redonda: “Avaliar para quê”, em 12 de agosto de 1992, no II Congresso Municipal de Educação, promovido pela SME de São Paulo.

38. Cf. Clarilza SOUSA, *Avaliação do Rendimento Escolar*, p. 85.

2 — Repercussão para a Prática Pedagógica

a) Mudança de Postura do Professor

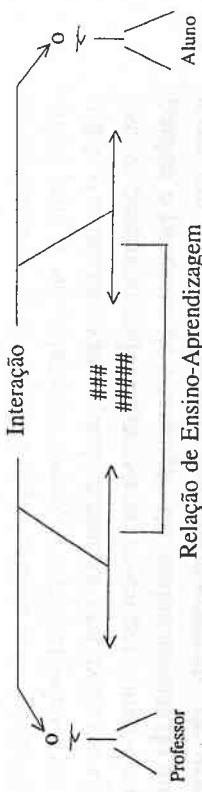
Esta nova concepção de avaliação vai exigir uma mudança de postura por parte do professor.

Entendemos³⁹ que uma das mediações para isto é o deslocamento do eixo de preocupação do professor (na verdade não só preocupação, mas fundamentalmente de **ação**), qual seja, investir suas energias e potencialidades não no controle do transmitido, e sim na aprendizagem dos alunos. Para este deslocamento, há necessidade de recapacitação no que diz respeito ao processo de conhecimento do educando. Coloca-se um **problema de ordem epistemológica**: como se dá a construção do conhecimento? Assumir esta linha de reflexão significa, pois, subordinar a clássica pergunta da didática: “como deve o professor ensinar?”, a uma pergunta anterior: “**como o aluno aprende?**” Na medida em que o professor realmente enfrenta esta última, sua forma de trabalho em sala de aula necessariamente terá de mudar, superando tanto os conteúdos desvinculados das reais necessidades dos alunos, quanto a metodologia passiva, de presenças tão marcantes ainda na escola brasileira.

A partir de uma concepção dialética de educação, supera-se tanto o sujeito passivo da educação tradicional, quanto o sujeito ativo da educação nova, em direção ao **sujeito interativo**. Aqui, o professor tem resgatado seu papel substancial, pois não fica na posição de esperar o educando “amadurecer”, mas pode ajudá-lo pela interação, uma vez que, como afirma Vygotsky (1896-1934), *a boa aprendizagem se antecipa ao desenvolvimento*⁴⁰. Diante das dificuldades apresentadas na avaliação, a pergunta que o professor passa a se fazer é: **por que meu aluno não está aprendendo? o que posso fazer?** O que se vislumbra é superar, ainda que em parte, esta alienação, à medida que o professor, como o coordenador do processo, está mais inteiro na relação pedagógica.

39. Cf. conferência proferida no II Encontro Latino-Americano de Educação, promovido pela Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, em setembro de 1992.

40. Cf. L. S. VYGOTSKY, *Pensamento e Linguagem*, p. 89.



-Esquema: Relação Pedagógica Desalienada da Nota-

“Qual a relação disto com aquilo?”

“Quais suas necessidades?”

Isto faz com que o aluno o perceba de maneira diferente, pois passa a reconhecê-lo como aquele que está ali para ensiná-lo, para ajudá-lo nas suas dificuldades. Esta mudança na relação pedagógica parece pouco, mas na prática faz uma diferença enorme. O testemunho dos professores⁴¹ é muito claro: os alunos, mesmo aqueles que tinham “dificuldade de aprendizagem” agora ficam felizes porque experimentam que são capazes de aprender, pelo fato de o professor não estar mais preocupado com a nota, mas sim com a aprendizagem. Por outro lado, esta nova realidade, evidentemente, contribui em muito para o professor resgatar a realização em seu trabalho.

Em relação à questão do “limite” do aluno (“tal aluno é limitado”), caberia uma pergunta: considerando que todo ser humano é capaz de aprender, o “limite” estaria no aluno ou na escola? Teríamos “Problemas de Aprendizagem” dos alunos ou, na verdade, “**Problemas de Ensinagem**”⁴² da escola e dos professores? (restaria desenvolvermos competência para ajudá-los).

Uma outra pergunta precisa ser colocada para ajudar a clarificar a ação pedagógica. Afinal, qual nosso papel: **cumprir o programa ou comprometer-nos com a aprendizagem do aluno?** Sabemos

41. Cf. relato dos professores da Secretaria Municipal de Educação de Resende-RJ, em 21 de agosto de 1992, no trabalho de acompanhamento das mudanças efetuadas.

42. Cf. Cecília A. L. COLLARES, *Ajudando a Desmistificar o Fracasso Escolar*, p. 28.

que, na prática, o cumprir o programa acaba tendo um peso enorme, mas não podemos perder de vista o essencial da escola.

Entendemos que a efetiva mudança de mentalidade vem articulada a uma mudança de prática; através de sua prática, o professor deve deslocar o eixo do trabalho:

Fiscalizar / medir / julgar → Propiciar a Aprendizagem

ou seja, o maior objetivo do professor não deve ser o de saber o quanto o aluno sabe, mas sim o de garantir a aprendizagem de todos.

Compromisso do professor com a Aprendizagem de Todos os Alunos

Dessa forma, acreditamos ser possível caminhar no sentido da superação do fracasso escolar, que como afirma Carraher:

... o fracasso escolar aparece como um fracasso da escola, fracasso este localizado: a) na incapacidade de aferir a real capacidade da criança; b) no desconhecimento dos processos naturais que levam a criança a adquirir o conhecimento; c) na incapacidade de estabelecer uma ponte entre o conhecimento formal que deseja transmitir e o conhecimento prático do qual a criança, pelo menos em parte, já dispõe.⁴³

b) Desafio da Mudança

Uma questão que não deixa de se apresentar quando pensamos na problemática da avaliação é a seguinte: **por que é tão difícil mudar a avaliação?** É muito difícil porque exige, como vimos, antes de mais nada, uma mudança de postura do educador tanto em relação à avaliação propriamente dita, quanto à educação e à sociedade (no limite). Queremos, no entanto, resgatar a dialeticidade entre o geral e o particular:

43. T. CARRAHER e outros, *Na Vida, Dez; na Escola, Zero*, p. 42.

Incontestavelmente, uma escola traz as marcas da cultura e das condições sócio-econômicas pelas quais passa o país num determinado momento de sua história. Estudos de cunho etnográfico, que penetraram na vida cotidiana escolar, têm claramente identificado estas marcas: a falta de recursos físicos e materiais na escola, os traços da desmotivação de alguns professores e do sacrifício a que muitos são submetidos devido aos parcos salários que recebem. (...) Mas estes estudos mostram, também, que as marcas da história geral do país podem tomar diferentes matizes conforme a história particular de cada escola. Ambos os tipos de história — a geral e a particular — determinam o que temos chamado de condições objetivas na construção, seja do fracasso, seja do sucesso da escola.⁴⁴

O substrato de uma nova concepção da avaliação está na tomada de posição: estar a serviço da **reprodução** ou da **transformação**. Não é, portanto, simplesmente uma questão “técnica”, como por exemplo não fazer semana de prova, fazer avaliação de cunho reflexivo, etc. É claro que a avaliação tem problemas especificamente pedagógicos (“técnicos”), que não se colocam no âmbito estritamente político. **Mas estes problemas só podem ser enfrentados depois de uma tomada de consciência do problema político, que é determinante, e de uma opção por uma outra prática em termos de avaliação.** Caso contrário, corre-se o risco de se ter pequenos ajustes na velha estrutura. Como, em última instância, o problema da avaliação é político, a superação, em última instância, também passa por uma nova postura política, o que é muito difícil, dado o processo de alienação, a ideologia, as estruturas dominantes. Não estamos inaugurando o mundo; ao contrário, nos situamos num mundo que tem uma lógica em andamento.

A prática tem demonstrado o seguinte: com as mesmas condições “macro”, tem havido mudanças muito positivas no “micro”, na medida em que seus agentes assumem uma postura diferente na prática do trabalho escolar.

...as centenas de experiências pedagógicas feitas pelos mais diferentes grupos (e com as mais diferentes metodologias) sempre conseguem melhorar substancialmente o rendimento escolar das crianças de baixa

44. S. PENTIN, Educação Básica: a construção do sucesso escolar, p. 6.

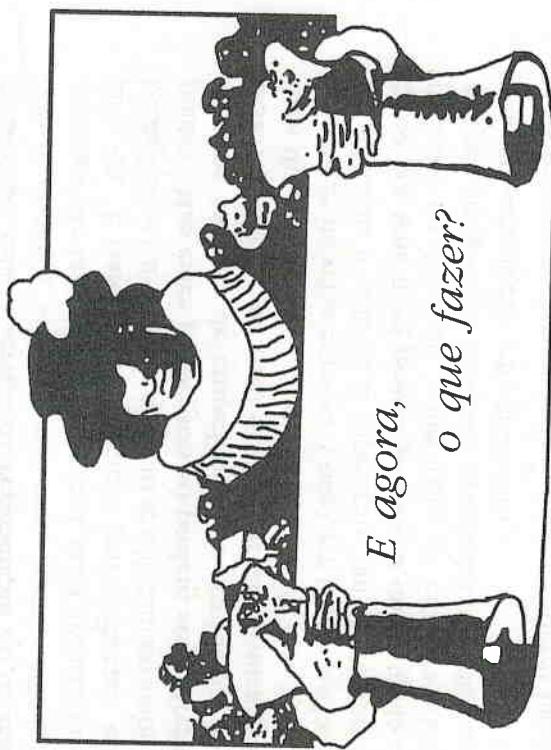
renda. O que caracteriza essas experiências é que são feitas por professores motivados, preparados e orientados. Professores preparados, interessados podem adaptar os currículos.⁴⁵

Também por essa compreensão “macro”, o professor passa a entender melhor o que ocorre com ele e com os colegas. Tem condições de compreender os determinantes estruturais que estão a condicionar, como “forças ocultas”, o seu trabalho. Pela análise crítica, estas forças deixam de ser “ocultas”, abrindo-se espaço maior para seu enfrentamento consciente.

3^a Parte

CONCEPÇÃO DIALÉTICA-LIBERTADORA DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO ESCOLAR

EM BUSCA DE ALGUMAS ALTERNATIVAS



45. J. GOLDEMBERG, *O repensar da Educação no Brasil*.